

**CAT-LEO CONSTRUÇÕES, INDÚSTRIA E
SERVIÇOS DE ENERGIA S/A**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2005
OBJETO DE PUBLICAÇÃO**

Relatório da Administração

Senhores Acionistas:

A administração da Cat-Leo Construções, Indústria e Serviços de Energia S/A (CAT-LEO CISE) tem a satisfação de apresentar os resultados de 2005, acompanhados das demonstrações financeiras correspondentes.

1. Considerações gerais

A Cat-Leo Construções, Indústria e Serviços de Energia S/A é uma empresa do Sistema Cataguazes-Leopoldina, que tem como atividades a prestação de serviços nas áreas de operação e manutenção de usinas para terceiros, construção e repotenciação de unidades geradoras, gerenciamento de obras, montagem e fornecimento de equipamentos eletromecânicos e hidromecânicos, obras civis e serviços de engenharia. A Cat-Leo CISE é também a controladora conjunta da Usina Termelétrica de Juiz de Fora S/A (UTE-JF).

2. Principais realizações em 2005

Dentre as realizações da CAT-LEO CISE em 2005, merecem destaque:

- 1) a conclusão em agosto das obras civis da PCH Ombreira, de 26 MW, em Araputanga (MT);
- 2) o início em maio da construção civil da PCH Canoa Quebrada, de 28 MW, em Lucas do Rio Verde (MT);
- 3) o contrato de gerenciamento ambiental firmado com a Brascan Energética;
- 4) o contrato de operação e manutenção firmado com a UHE Guilman Amorin, de 140 MW;
- 5) a renovação do contrato de operação e manutenção das PCHs da Valesul Alumínio, com a inclusão da PCH Usina de Melo, de 9,5 MW;
- 6) a construção de uma moderna oficina mecânica;
- 7) a fabricação e montagem de tubulação para o Grupo Votorantim;
- 8) a fabricação e substituição de condutos forçados, pórticos e limpa-grades para Brascan Energética; e
- 9) a fabricação de torres de transmissão.

3. Certificações ISO 9001:2000

No âmbito de suas atividades operacionais, a CAT-LEO CISE vêm desenvolvendo programas que visam garantir aos seus clientes serviços de qualidade, em conformidade com as normas reconhecidas em nível internacional. Em 2005, a CAT-LEO CISE obteve seis certificados de Sistema de Qualidade em conformidade com os requisitos da norma NBR ISO 9001/2000 para os seguintes produtos e serviços:

- 1) serviços eletromecânicos de montagem, comissionamento, operação e manutenção de usinas, subestações, linhas de transmissão e equipamentos até 230 kV;
- 2) projeto eletromecânico de subestações e linhas de transmissão até 230 kV;
- 3) serviço de inspeção visual termográfica terrestre e aéreo em subestações e linhas de transmissão;
- 4) projetos, estudos e manutenções de sistemas de proteção elétrica de subestações, usinas e indústrias;
- 5) coleta, análise físico-química, tratamento de óleo isolante mineral e óleo lubrificante industrial e cromatografia de óleo isolante mineral;
- 6) fabricação de estruturas metálicas de subestações e linhas de transmissão até 230 kV, projeto e fabricação de equipamentos de içamento e hidromecânicos de usinas.

4. Receita bruta e resultados do exercício

A Cat-Leo CISE obteve em 2005 uma receita operacional bruta consolidada de R\$86.123 mil (R\$35.845 mil na controladora), contra R\$7.464 mil (R\$3.306 mil na controladora) no exercício de 2004, que compreendeu apenas um mês.

A geração consolidada de caixa, medida pelo EBITDA ajustado (resultado das atividades + depreciação + provisões), foi de R\$16.183 mil (R\$489 mil na controladora) e o lucro líquido consolidado atingiu R\$5.283 mil (R\$5.154 mil na controladora, ou seja, R\$0,11 por ação do capital social).

5. Remuneração aos acionistas

A administração proporá à Assembléia Geral a realizar-se brevemente a distribuição de dividendos aos acionistas, no montante de R\$1.224 mil, à razão de R\$0,026676263 por lote de mil ações do capital social. A data de início da distribuição desses dividendos será definida na referida Assembléia.

A Administração.

Demonstrações Financeiras

1. Balanço Patrimonial – Ativo

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2005 e 2004
(Em milhares de reais)

Ativo	Controladora		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
Circulante				
Disponibilidades	441	410	5.113	1.990
Aplicações no mercado aberto	28.423	-	34.095	3.692
Contas a receber	5.252	3.986	28.769	31.185
Impostos a recuperar	2.254	426	2.268	2.580
Despesas pagas antecipadamente	200	172	204	176
Estoques	-	-	50	41
Outros créditos	3.433	1.415	3.433	1.422
	<u>40.003</u>	<u>6.409</u>	<u>73.932</u>	<u>41.086</u>
Realizável a longo prazo				
Contas a receber	-	-	7.021	8.455
Créditos com partes relacionadas	5.529	7.561	2.765	4.796
Créditos tributários	-	-	5.458	5.846
Crédito a receber - Gás combustível	-	-	23.586	22.154
Impostos a recuperar	75	-	75	328
Adiantamento para compra de investimento	29.000	-	29.000	-
	<u>34.604</u>	<u>7.561</u>	<u>67.905</u>	<u>41.579</u>
Permanente				
Investimento	28.152	17.824	-	-
Imobilizado	33.878	27.334	81.286	77.083
Diferido	807	914	1.052	1.202
	<u>62.837</u>	<u>46.072</u>	<u>82.338</u>	<u>78.285</u>
Total do Ativo	<u>137.444</u>	<u>60.042</u>	<u>224.175</u>	<u>160.950</u>

2. Balanço Patrimonial – Passivo

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2005 e 2004 (Em milhares de reais)

Passivo	Controladora		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
Circulante				
Fornecedores	559	6.307	18.724	11.811
Encargos de dívidas	-	18	191	266
Empréstimos e financiamentos	1.441	3.365	4.669	6.944
Dividendos a pagar	1.224	1.179	1.224	1.179
Folha de pagamento	307	394	302	394
Participações	98	217	98	217
Tributos e contribuições sociais	1.725	1.072	4.766	5.056
Obrigações estimadas	737	568	807	621
Outras	1.598	200	1.598	200
	<u>7.689</u>	<u>13.320</u>	<u>32.379</u>	<u>26.688</u>
Exigível a longo prazo				
Fornecedores	-	-	9.184	24.171
Empréstimos e financiamentos	721	994	36.101	45.731
Débitos com partes relacionadas	-	-	17.471	18.588
Impostos a recolher	-	-	790	961
Outras contas a pagar	256	31	277	48
	<u>977</u>	<u>1.025</u>	<u>63.823</u>	<u>89.499</u>
Patrimônio líquido e recursos destinados a futuro aumento de capital				
Capital social	45.889	16.889	45.889	16.889
Reserva de lucros	3.992	62	3.992	62
Prejuízos acumulados	-	-	(805)	(934)
	<u>49.881</u>	<u>16.951</u>	<u>49.076</u>	<u>16.017</u>
Recursos destinados a futuro aumento de capital	78.897	28.746	78.897	28.746
	<u>128.778</u>	<u>45.697</u>	<u>127.973</u>	<u>44.763</u>
Total do Passivo	<u>137.444</u>	<u>60.042</u>	<u>224.175</u>	<u>160.950</u>

3. Demonstrações do Resultado

Demonstração do resultado
 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2005 e para o período de trinta e seis dias findo em 31 de dezembro de 2004
 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Controladora		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
Receita operacional bruta				
Suprimento de energia	-	-	50.985	4.522
Serviços prestados	37.643	3.454	38.840	3.513
	<u>37.643</u>	<u>3.454</u>	<u>89.825</u>	<u>8.035</u>
Deduções à receita operacional				
Impostos incidentes sobre vendas (Pis, Cofins e ISS)	1.798	148	3.702	571
Receita operacional líquida	<u>35.845</u>	<u>3.306</u>	<u>86.123</u>	<u>7.464</u>
Custo dos serviços prestados				
Custo com energia elétrica	-	-	8.124	625
Energia elétrica comprada para revenda	-	-	5.743	432
Encargos de uso do sist. de transm. e distribuição	-	-	2.381	193
Custo de operação	30.969	2.213	58.654	3.971
Pessoal	13.641	953	14.146	719
Material	4.526	186	4.683	179
Serviços de terceiros	5.202	890	5.260	855
Combustível para produção de energia elétrica	-	-	21.372	1.731
Provisão para perdas de estoque de gás combustível	-	-	2.611	-
Depreciação e amortização	1.321	128	4.139	365
Provisão para contingências	226	-	226	-
Outras despesas	6.053	56	6.217	122
	<u>30.969</u>	<u>2.213</u>	<u>66.778</u>	<u>4.596</u>
Lucro operacional bruto	<u>4.876</u>	<u>1.093</u>	<u>19.345</u>	<u>2.868</u>
Despesas operacionais				
Despesas gerais e administrativas	5.934	494	7.527	640
Resultado do serviço	<u>(1.058)</u>	<u>599</u>	<u>11.818</u>	<u>2.228</u>
Receita (despesa) financeira				
Receita de aplicação financeira	3.423	3	4.285	55
Encargos de dívidas	(925)	(92)	(404)	647
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(853)	(75)	666	(1.070)
	1.645	(164)	4.547	(368)
Resultado de equivalência patrimonial	10.328	942	-	-
Lucro operacional	<u>10.915</u>	<u>1.377</u>	<u>16.365</u>	<u>1.860</u>
Resultado não operacional				
Receita não operacional	5.742	5	5.742	5
Despesa não operacional	8.287	-	8.287	-
	<u>(2.545)</u>	<u>5</u>	<u>(2.545)</u>	<u>5</u>
Lucro antes da contribuição social, imposto de renda, e participações	8.370	1.382	13.820	1.865
Imposto de renda e contribuição social	(3.113)	(141)	(8.434)	(624)
Lucro antes das participações	<u>5.257</u>	<u>1.241</u>	<u>5.386</u>	<u>1.241</u>
Participações dos administradores e empregados	(103)	-	(103)	-
Lucro líquido do exercício	<u>5.154</u>	<u>1.241</u>	<u>5.283</u>	<u>1.241</u>
Lucro líquido por ação - R\$	<u>0,112</u>	<u>0,073</u>		

4. Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos

Demonstração das origens e aplicações de recursos
 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2005 e para o período de trinta e seis dias findo em 31 de dezembro de 2004
 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
Origens de recursos				
Das Operações				
Lucro líquido do exercício	5.154	1.241	5.283	1.241
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante:				
Depreciação e amortização	1.331	128	4.139	365
Equivalência patrimonial	(10.328)	(942)	-	-
Valor residual de baixas do ativo permanente	5.515	-	5.663	-
Juros e variações monetárias itens de longo prazo	423	-	(5.357)	(1.230)
Provisão para perdas de estoque de gás combustível	-	-	2.611	-
Créditos tributários	-	-	388	-
Provisão para contingências	226	-	226	-
Total oriundos das operações	2.321	427	12.953	376
Dos Acionistas				
Aumento de capital por integralização	29.000	1	29.000	1
Adiantamento para futuro aumento de capital	50.151	-	50.151	-
	79.151	1	79.151	1
De Terceiros				
Aumento do exigível a longo prazo	-	-	-	8.969
Débitos com partes relacionadas	-	4.045	-	4.045
Redução do realizável a longo prazo	-	-	-	1.148
Dividendos recebidos de controlada	-	-	-	9.768
	-	4.045	-	23.930
Total da origens de recursos	81.472	4.473	92.104	24.307
Aplicações de recursos				
No imobilizado	13.255	542	13.813	546
No diferido	28	-	42	-
No realizável a longo prazo	27.043	2.033	25.282	-
Creditos a receber gas combustível	-	-	4.043	649
Capital circulante líquido recebido em cisão	-	7.535	-	7.535
Transferência do exigível a longo prazo para o circulante	697	95	20.545	-
Dividendos	1.224	1.179	1.224	1.179
Total das aplicações de recursos	42.247	11.384	64.949	9.909
Aumento (redução) do capital circulante líquido	39.225	(6.911)	27.155	14.398
Demonstração da variação do capital circulante líquido				
Ativo circulante:				
No início do exercício	6.409	-	41.086	-
No fim do exercício	40.003	6.409	73.932	41.086
	33.594	6.409	32.846	41.086
Passivo circulante:				
No início do exercício	13.320	-	26.688	-
No fim do exercício	7.689	13.320	32.379	26.688
	(5.631)	13.320	5.691	26.688
Aumento (redução) do capital circulante líquido	39.225	(6.911)	27.155	14.398

5. Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2005 e para o período de trinta e seis dias findo em 31 de dezembro de 2004
 (Em milhares de reais)

	<u>Reserva de lucros</u>				<u>Total</u>
	<u>Capital social</u>	<u>Reserva Legal</u>	<u>Retenção de lucros</u>	<u>Lucros acumulados</u>	
Subscrição de capital, conforme AGE de 26/11/2004	1	-	-	-	1
Aumento de capital por cisão, conforme AGE de 28/12/2004	16.888	-	-	-	16.888
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.241	1.241
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:					
Reserva legal	-	62	-	(62)	-
Dividendos	-	-	-	(1.179)	(1.179)
Saldos em 31 de dezembro de 2004	16.889	62	-	-	16.951
Aumento de capital, conforme AGE de 14/04/2005	29.000	-	-	-	29.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	5.154	5.154
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:					
Reserva legal	-	258	-	(258)	-
Dividendos	-	-	-	(1.224)	(1.224)
Reserva de lucros	-	-	3.672	(3.672)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2005	45.889	320	3.672	-	49.881

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios
findos em 31 de dezembro de 2005 e
para o período de trinta e seis dias findo 31 de dezembro 2004**
(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Cat-Leo Construções, Indústria e Serviços de Energia S.A. ("Cat-Leo Serviços"), empresa constituída em 26 de novembro de 2004, para negócios focados em construção, operação, manutenção e serviços correlatos a geração e distribuição de energia elétrica.

A Cat-Leo detém de forma compartilhada o controle acionário da Usina Termelétrica de Juiz de Fora S.A. ("UTEJF" ou "controlada em conjunto"), produtora independente de energia termelétrica, através da combustão de gás natural, localizada no município de Juiz de Fora, no Estado de Minas Gerais. A UTEJF iniciou suas atividades comerciais ao final de novembro de 2001, sendo sua capacidade instalada de 87 MW.

A controladora e a controlada em conjunto UTEJF apresentam ao final do presente exercício, endividamento de R\$2.162 (R\$4.377 em 2004) na controladora e R\$60.354 (R\$71.943 em 2004) no consolidado, sendo R\$2.162 e R\$40.961 registrados como empréstimos e financiamentos e encargos de dívida na controladora e consolidado respectivamente e R\$18.312 em fornecedores no consolidado (vide nota 14). A Companhia Força e Luz Cataguazes Leopoldina - CFLCL, líder do Sistema Cataguazes-Leopoldina, apresenta em seu balanço consolidado, endividamento no montante de R\$1.305.754 mil (R\$1.204.608 mil em 2004). No exercício de 2005, dando continuidade ao programa de reestruturação de suas dívidas, a CFLCL e suas controladas captaram recursos da ordem de R\$340.000 mil que juntamente com alienação de ativos, proporcionaram uma redução do endividamento de curto prazo da ordem R\$96.991. Não obstante a essa evolução favorável, a Administração da CFLCL e suas controladas estão empenhadas na melhoria da estrutura de capital do Sistema Cataguazes-Leopoldina, buscando instrumentos que permitam reduzir ainda mais os custos das dívidas de curto prazo e, conseqüentemente, proporcionar um alongamento natural do seu perfil, o que, juntamente com a geração de lucros, previstos nos orçamentos e projeções internas, deverão ser suficientes para adequar a sua liquidez, reduzindo, substancialmente, as necessidades de refinanciamentos dos passivos.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil.

3 Sumário das principais práticas contábeis

- a) As aplicações no mercado aberto estão representadas por aplicações em fundos de curto prazo e certificados de depósitos bancários que estão registrados pelos valores atualizados na data do balanço;
- b) Contas a receber engloba a energia elétrica faturada através de contrato de fornecimento de energia elétrica comercializada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE e as faturas de serviços prestados;
- c) O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10%. A contribuição social foi calculada a 9%. No consolidado, os créditos tributários de

imposto de renda e contribuição social diferidos foram constituídos em conformidade com a instrução CVM nº 371/02. Na controladora os referidos impostos foram calculados pelo regime de tributação do lucro presumido;

- d) O investimento na controlada em conjunto é avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- e) O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição e/ou valor de construção dos bens, deduzidos das depreciações calculadas pelo método linear, com base nos prazos de vida útil estimada dos bens;
- f) Os juros e demais encargos e efeitos inflacionários, relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, foram capitalizados e estão registrados neste subgrupo como custo;
- g) O diferido, refere-se às despesas pré-operacionais e aquisição de softwares, que estão sendo amortizados pelo prazo de 10 e 5 anos, respectivamente;
- h) Os empréstimos e financiamentos estão atualizados pelas taxas contratuais na data de encerramento dos exercícios;
- i) As receitas e despesas são reconhecidas no resultado do exercício pelo regime de competência;
- j) Os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço;
- k) A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subseqüentes, podem diferir dessas estimativas.

4 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com os critérios técnicos de consolidação previstos na Instrução CVM n.º 247/96 e incluem as demonstrações financeiras da controlada em conjunto UTEJF. Por se tratar de um investimento compartilhado (cada sócio detém 50% do capital), a consolidação abrange 50% dos saldos das contas patrimoniais e de resultado dessa investida. As informações contidas nas notas explicativas referenciadas ao balanço consolidado também refletem o mesmo percentual de participação.

A reconciliação entre o resultado do exercício e o patrimônio líquido da controladora e consolidado:

	2005		2004	
	Resultado do exercício	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Patrimônio líquido
Controladora	5.154	49.881	1.241	16.951
Lucros não realizados referentes a prestação de serviços, líquido de efeitos tributários	129	(805)	-	(934)
Consolidado	5.283	49.076	1.241	16.017

5 Aplicações no mercado aberto

Instituição financeira	Tipo	Vencimento	Remuneração	Controladora	Consolidado	
				2005	2005	2004
Itaú (*)	Fundos de invest. em dir. creditórios	13/08/2007	100% do CDI	28.423	30.099	-
Bradesco	CDB	07/11/2007	99% do CDI	-	1.596	100
Rural	CDB	18/07/2006	104% do CDI	-	723	607
Rural	CDB	27/12/2005	100% do CDI	-	-	1.528
BVA	CDB	01/10/2010	100% do CDI	-	1.677	1.457
				28.423	34.095	3.692

(*) Na controladora o montante de R\$28.423 está vinculado à conclusão da promessa de compra e venda da controlada em conjunto UTEJF conforme relatado na nota nº26. No consolidado as aplicações estão garantindo parcelas de empréstimos e financiamentos.

As aplicações financeiras tornam-se disponíveis a partir do 30º dia após sua aplicação.

6 Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
Contratos de prestação de serviços	5.252	3.084	5.252	3.084
Contratos bilaterais (*)	-	902	30.502	36.456
Encargos de Serviço Sistema a receber	-	-	36	100
	5.252	3.986	35.790	39.640
Curto prazo	5.252	3.986	28.769	31.185
Longo prazo	-	-	7.021	8.455

(*) Refere-se a venda de energia elétrica para a Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina, Companhia de Eletricidade de Nova Friburgo, Cat-Leo Serviços e Petrobrás.

(*) No consolidado, inclui parcelamento de contratos de venda de energia elétrica com a Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina R\$21.428 (R\$22.881 em 2004) para pagamento em 18 meses com encargos de CDI + 4,5%.

Em 31 de dezembro de 2005, a controlada em conjunto UTEJF possui créditos a receber junto a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE de R\$36 (R\$28 em 2004), deduzido das liquidações ocorridas. Esses saldos foram apurados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE.

A composição financeira desses valores, incluindo os saldos registrados no passivo circulante consolidado de R\$346, referente às aquisições de energia elétrica na CCEE, estão demonstrados a seguir:

<u>Composição dos valores da CCEE</u>	<u>A receber</u>	<u>A pagar</u>	<u>Saldo</u>
Janeiro a dezembro/2005:			
• Energia elétrica	-	(346)	(346)
• Encargos de serviço de sistema	36	-	36
Saldo em 31 de dezembro de 2005	36	(346)	(310)

7 Conta de compensação – parcela compensatória (consolidado)

O contrato para aquisição de gás natural firmado pela controlada em conjunto UTEJF com a Gasmig/Petrobrás prevê que a parcela compensatória, correspondente as variações cambiais anuais ocorridas entre os períodos de reajustes de preços, será repassada para tarifa do gás nos reajustes anuais subseqüentes. Da mesma forma, a legislação e normas que regulam a atuação dos produtores termelétricos inclusos no Programa Prioritário de Termoeletricidade PPT, permitem que esses produtores repassem para as tarifas de venda de energia elétrica os impactos de incremento nos custos decorrentes dessa variação cambial.

De acordo com a ANEEL, os valores a serem repassados para as tarifas de energia das distribuidoras dependem de diversos aspectos destacando-se os seguintes: (a) a usina que lastreia o contrato de compra e venda de energia deve estar em operação comercial; e (b) o repasse é função, fundamentalmente, da validação dos dados por parte da Agência Nacional do Petróleo (ANP), como está previsto na Portaria Interministerial nº 234, de 22 de julho de 2002.

Até 31 de dezembro de 2005, a controlada em conjunto incorreu em custos, ainda não pagos, relativos à parcela compensatória devida a Gasmig/Petrobrás no montante de R\$4.697, correspondente a participação da Cia na controlada em conjunto. Este passivo foi registrado como fornecedores, no exigível a longo prazo, em contrapartida com um ativo contas a receber no realizável a longo prazo das distribuidoras adquirentes da energia da UTEJF.

Conforme mencionado acima, o repasse dos custos da parcela compensatória para tarifa de energia elétrica das distribuidoras depende da validação dos cálculos por parte da ANP e homologação final por parte da ANEEL.

A Administração da controlada em conjunto, baseada na legislação vigente, entende que o passivo da UTEJF registrado com a Gasmig/Petrobrás somente será pago após os reguladores ratificarem o repasse dos referidos custos para as tarifas de energia elétrica das distribuidoras.

8 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	379	35	1.923	769
(-) Provisão para perdas	-	-	(1.530)	-
ISSQN – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	125	-	125	-
Imposto de Renda Retido na Fonte	36	35	36	172
Imposto de renda pessoa jurídica	-	-	-	913
Contribuição social	25	24	25	722
Contribuições de Pis e Cofins	180	87	180	87
Contribuições previdenciárias	1.584	245	1.584	245
	<u>2.329</u>	<u>426</u>	<u>2.343</u>	<u>2.908</u>
. Parcela de curto prazo	2.254	426	2.268	2.580
. Parcela de longo prazo	75	-	75	328

Os créditos de ICMS são relativos às aquisições de ativo imobilizado (Cat-Leo/UTEJF) e gás combustível (UTEJF). O Regulamento do ICMS/MG permite a transferência desses créditos para as concessionárias de energia elétrica situadas no território mineiro, na medida em que os mesmos se tornem disponíveis.

No exercício de 2005, a Secretaria de Fazenda Estadual, suspendeu as autorizações para

transferências de créditos de ICMS, estando reestudando o mecanismo de transferência dos mesmos. Diante dessa indefinição a Administração da controlada em conjunto UTEJF, resolveu constituir uma provisão para possíveis perdas desse ativo, até que a fiscalização estadual, se posicione em definitivo sobre o assunto.

9 Imposto de renda e contribuição social

A despesa de imposto de renda e contribuição social, apropriada no resultado do exercício, foi apurada pelo regime de tributação de Lucro Presumido, conforme demonstração seguinte:

	Imposto de Renda		Contribuição social	
	2005	2004	2005	2004
Receitas:				
1. Serviços prestados de construção civil e outras receitas não operacionais	35.226	3.023	35.226	3.023
Alíquotas	8%	8%	12%	12%
Base de cálculo	2.818	242	4.227	363
2. Outros serviços prestados	8.159	431	8.159	431
Alíquotas	32%	32%	32%	32%
Base de cálculo	2.611	138	2.611	138
3. Outras receitas (base de cálculo de 100% sobre a receita)	3.423	8	3.423	8
Base de cálculo total	8.852	388	10.261	509
Alíquota efetiva (*)	25%	25%	9%	9%
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(2.189)	(95)	(924)	(46)

(*) Alíquota efetiva de 15% sobre a base de cálculo total, acrescido de 10% da base acima de R\$240.

A Cat-Leo optou pelo regime de tributação do Lucro Presumido para fins de apuração da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro.

A conciliação das despesas de imposto de renda, contribuição social e o produto da alíquota vigente sobre o lucro antes dos impostos é demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	2005	2004
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	13.820	1.865
Alíquota nominal (34%)	(4.699)	(634)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:		
Resultado da equivalência patrimonial	-	-
Diferença pela apuração do imposto pelo método do Lucro Presumido	(3.779)	10
Outras exclusões (adições) permanentes	44	-
Despesa de imposto de renda e de contribuição social	(8.434)	(624)

Do saldo de crédito tributário de R\$5.458, no consolidado, apurado pela UTEJF no exercício de 2002 deve-se substancialmente ao fato de que cerca de 50% da capacidade instalada da UTEJF não ter sido contratada naquele exercício e de diferenças temporárias incorridas em 2005. Em 31 de dezembro de 2005, a controlada em conjunto apurou o lucro tributável, compensando R\$517 (R\$1.520 em 2004) do crédito tributário registrado em 2002.

Baseada nas projeções de resultados, estima realizar os créditos tributários constituídos, como segue:

Período	Realização dos créditos fiscais
2006	1.472
2007	1.264
2008	905
2009	1.817
Total	<u>5.458</u>

10 Crédito a receber – gás combustível (consolidado)

Conforme detalhado na nota nº 14, o contrato de compra de gás combustível firmado pela controlada em conjunto Usina Termelétrica de Juiz de Fora S.A (UTEJF) com a Companhia de Gás de Minas Gerais – Gasmig, estabelece que o volume de 70% do montante contratado, consumido ou não, deve ser liquidado “take-or-pay”, ficando a UTEJF com o direito de retirada desse gás pago, porém ainda não utilizado, durante o período de até 7 anos subsequente ao período de aquisição do gás.

Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2005, foi adiantado o montante de R\$26.197, valores correspondentes à participação societária na controlada em conjunto, equivalentes a 199.519 mil m³ (metros cúbicos) de gás natural. Com base em projeções, a controlada em conjunto estima não consumir o volume de 19.442 mil m³ (metros cúbicos) de gás natural equivalentes a R\$2.611. Dessa forma, foi constituída provisão para perdas do estoque de gás combustível, daquele montante, que foi deduzido do saldo da rubrica de “créditos a receber de gás combustível” no realizável a longo prazo no consolidado.

11 Investimentos (controladora)

Participação na controlada em conjunto Usina Termelétrica de Juiz de Fora S.A.

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Capital social	25.500	25.500
Quantidade de ações possuídas (mil)	12.750	12.750
Participação (%)	50%	50%
Lucro do exercício	20.656	19.692
Patrimônio líquido	56.304	35.648
Resultado de equivalência patrimonial (*)	10.328	942
Investimento	28.152	17.824

(*) Em 2004 o resultado de equivalência refere-se apenas o do mês de dezembro de 2004.

Movimentação do investimento:

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Saldo inicial, recebido através de cisão parcial	17.824	16.882
Equivalência patrimonial	10.328	942
Saldo final	<u>28.152</u>	<u>17.824</u>

As ações da UTEJF de propriedade da Companhia foram dadas em garantia de empréstimos obtidos por essa controlada em conjunto (vide nota nº 15).

Em atendimento ao artigo 33 da Instrução CVM nº 247/96 demonstramos abaixo extrato do balanço patrimonial da controlada em conjunto UTEJF em 31 de dezembro de 2005.

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Ativo		
Ativo circulante	69.298	71.090
Realizável a longo prazo	72.592	73.566
Permanente	97.176	101.943
Total do Ativo	<u>239.066</u>	<u>246.599</u>
Passivo		
Passivo circulante	50.822	28.474
Exigível a longo prazo	91.469	142.006
Patrimônio líquido	96.775	76.119
Total do Passivo	<u>239.066</u>	<u>246.599</u>

12 Transações com partes relacionadas

	Controladora			Consolidado					
	Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina	Usina Termelétrica de Juiz de Fora S/A (2)	Total 2005	Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina	Energia do Brasil Participações Ltda (1)	Usina Termelétrica de Juiz de Fora S/A (2)	Cia de Eletricidade de Nova Friburgo	Energis a S/A	Total 2005
Saldos - ativo (passivo):			(2.162)						
.Contas a receber (a pagar)	-	(2.162))	-	-	(1.081)	186	-	(895)
.Adiantamento para futuro aumento de capital	(78.897)	5.529	73.368	(78.897)	(17.471)	2.765	-	-	(93.603)
Energia elétrica vendida	-	-	-	474	-	-	338	-	812
Custo de uso e conexão do sistema elétrico	-	-	-	(816)	-	-	-	-	(816)
Serviços contratados	-	-	-	(116)	-	-	-	-	(116)
Receitas (despesas) financeira	-	(423)	(423)	4.486	-	(211)	19	(231)	4.063

(1) Nova denominação da Alliant Energy Holdings do Brasil Ltda.

(2) Do montante de R\$2.162 (R\$1.081 no consolidado), R\$1.441 (R\$721 no consolidado) estão contabilizados na rubrica empréstimos e financiamentos no passivo circulante e R\$721 (R\$360 no consolidado) no exigível a longo prazo na mesma rubrica e são atualizados pela variação do CDI + 4,5% a.a.

Os serviços contratados junto às partes relacionadas foram realizados em condições usualmente praticadas no mercado.

Os adiantamentos para futuro aumento de capital não são remunerados.

13 Imobilizado

	Taxa de depreciação (%)	Controladora		Consolidado	
		2005	2004	2005	2004
Em serviço:					
Geração:					
Geração termelétrica	5,0 a 10	-	-	57.092	56.465
Sistema de transmissão de conexão	2,5	-	-	1.318	1.318
Outros ativos:					
Máquinas e equipamentos	8,5	9.524	12.303	9.524	12.303
Veículos	20	3.443	3.242	3.466	3.275
Móveis e Utensílios e outros	2,5 a 10	7.147	4.537	7.152	4.532
		<u>20.114</u>	<u>20.082</u>	<u>78.552</u>	<u>77.893</u>
Depreciação acumulada:					
Geração:					
Geração termelétrica		-	-	(11.214)	(8.352)
Sistema de transmissão de conexão		-	-	(113)	(85)
Outros ativos:					
Máquinas e equipamentos		(1.146)	(599)	(1.146)	(599)
Veículos		(1.276)	(652)	(1.292)	(663)
Móveis e Utensílios e outros		(908)	(538)	(909)	(539)
		<u>(3.330)</u>	<u>(1.789)</u>	<u>(14.674)</u>	<u>(10.238)</u>
Em curso:					
Estudos e Projetos em geração hidráulica					
		16.815	8.993	16.780	9.380
Máquinas, equipamentos e outros					
		279	48	628	48
		<u>17.094</u>	<u>9.041</u>	<u>17.408</u>	<u>9.428</u>
		<u>33.878</u>	<u>27.334</u>	<u>81.286</u>	<u>77.083</u>

14 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
Fornecimento de gás combustível	-	-	26.130	28.257
Câmara Comercializadora de Energia Elétrica - CCEE	-	-	346	851
Fornecedores de imobilizado e outros	<u>559</u>	<u>6.307</u>	<u>1.432</u>	<u>6.874</u>
Total	<u>559</u>	<u>6.307</u>	<u>27.908</u>	<u>35.982</u>
Parcela de curto prazo	559	6.307	18.724	11.811
Parcela de longo prazo	-	-	9.184	24.171

O contrato firmado entre a controlada em conjunto UTEJF e o fornecedor de gás combustível prevê o consumo médio mensal de 7.703 mil m³, com cláusula “take or pay”, isto é, 70% do gás contratado (“commodity”), o uso do gasoduto correspondente ao transporte e a margem de comercialização do distribuidor devem ser pagos ao fornecedor independente do consumo ter se realizado. Nesse caso, a parcela referente à quantidade de gás não consumida se reverterá em um crédito a ser utilizado em um período de até 7 anos. Já as parcelas não consumidas

referentes ao transporte e a margem do distribuidor serão pagas, independentemente do consumo, não dando qualquer direito à compensação futura.

Durante o exercício de 2002, a UTEJF não quitou os valores relativos aos compromissos firmados no contrato de fornecimento de gás combustível, foi renegociado em 2004 junto aos fornecedores o montante de R\$18.133 Companhia de Gás de Minas Gerais – Gasmig e a Petróleo Brasileiro S.A.. Em 31 de dezembro de 2005 os saldos montam em:

GASMIG - R\$1.189 (R\$1.178 em 2004), relativos à margem a serem pagos em 6 parcelas iguais e consecutivas, vencendo a primeira em 05 de janeiro de 2006. Os juros e a correção monetária estão sendo pagos mensalmente a partir do dia 25 do mês subsequente ao mês de assinatura do contrato, vencendo juntamente com a última parcela de amortização. Os juros são de 1% ao mês e correção monetária mensal pela variação do IGPM, ambos *pró rata tempore*.

PETROBRÁS – R\$17.123 (R\$16.954 em 2004), a serem pagos em 24 parcelas iguais e consecutivas, vencendo a primeira em 01 de fevereiro de 2006. Os juros e a correção monetária estão sendo pagos a partir do 1º dia útil do mês subsequente ao mês de assinatura do contrato. Os juros são de 1% ao mês e correção monetária mensal pela variação do IGPM, ambos *pró rata tempore*.

15 Empréstimos e financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	2005	2004	2005	2004
Em moeda nacional, com juros de 4,5% a 7% a.a. e atualização monetária com base na variação da TJLP (Finame e BNDES)	-	-	7.326	7.785
Em moeda nacional, com juros de 6% a.a. e atualização monetária com base na variação do CDI (HSBC-Compror)	-	101	-	101
Em moeda nacional, com juros de 4,5% a.a. e atualização monetária pela variação do CDI firmado com a UTEJF	2.162	1.739	1.081	869
Em moeda nacional, com juros de 4,5% a.a. e atualização monetária com base na variação da UMBND e TJLP (BNDES)	-	-	32.363	41.401
Em moeda nacional, com juros de 5,1 à 15,39% a.a. acima da taxa CDI	-	2.519	-	2.519
Total	2.162	4.359	40.770	52.675
Parcela de curto prazo	1.441	3.365	4.669	6.944
Parcela de longo prazo	721	994	36.101	45.731

Os financiamentos de longo prazo têm seus vencimentos assim programados:

	2005	
	Controladora	Consolidado
2007	721	4.308
2008	-	3.948
2009	-	3.948
2010	-	3.948
2011	-	3.948
Após 2011		16.001
	<u>721</u>	<u>36.101</u>

Os financiamentos estão garantidos por vinculação de receita da própria UTEJF, fiança concedida pela Energisa S.A. (parte relacionada), bem como pelos bens do ativo e caução das ações da própria UTEJF de propriedade da Companhia.

Os contratos também prevêem a manutenção de recursos mínimos em conta de aplicação financeira vinculada aos pagamentos dos encargos de juros e principal. Em 31 de dezembro de 2005, o saldo vinculado ao pagamento de juros do BNDES foi registrado na rubrica aplicações no mercado aberto, no montante de R\$1.676.

Adicionalmente, o contrato firmado entre a UTEJF e o BNDES, possui cláusulas restritivas que, em geral, sugerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Os descumprimentos desses índices podem implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2005, as exigências contratuais foram plenamente cumpridas.

16 Capital social

O capital social subscrito e integralizado está representado por 45.888.898 (16.888.898 em 2004) ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 14 de abril de 2005, foi subscrito e aprovado o aumento de capital no valor de R\$29.000, através de capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital "AFAC", integralizado pela acionista Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina, passando o capital social de R\$16.889 para R\$45.889, mediante a emissão de 29.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

O estatuto social determina que 5% do lucro líquido serão aplicados na constituição de reserva legal de que trata o art. 193 da Lei nº 6.404/76. Além disso, determina a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo nº 202 da Lei nº 6.404/76. Após as destinações anteriores, o saldo remanescente de lucros deverá ser levado a uma reserva estatutária de retenção de lucros, limitada a 80% do capital social, que se destina à ampliação e renovação de instalações e investimentos.

17 Dividendos

Os dividendos obrigatórios do exercício foram assim calculados:

	2005	2004
Lucro líquido do exercício	5.154	1.241
Reserva legal	(258)	(62)
Lucro líquido ajustado	4.896	1.179
Dividendos obrigatórios (25%)	1.224	295

A administração proporá à Assembléia Geral a distribuição de dividendos no montante de R\$1.224 (R\$1.179 em 2004), à razão de R\$0,026676263 (R\$0,0698 em 2004) por ação, correspondente aos dividendos obrigatórios de 25% em 2005 e ao total do lucro líquido ajustado em 2004.

18 Retenção de lucros

No exercício, a administração propõe retenção de lucros da ordem de R\$3.672, para fins de aplicação nos investimentos, apresentados em orçamento de capital a ser aprovado em Assembléia Geral.

19 Suprimento de energia elétrica (consolidado)

A receita de venda de energia elétrica de R\$50.985 no consolidado, corresponde a 333,7 GWh, vendido pela controlada em conjunto UTEJF no ano de 2005. As informações referentes a quantidade de GWh não foram auditadas.

A receita de serviços prestados no montante de R\$38.840, refere-se a operação e manutenção de usinas para terceiros, repotenciação de unidades geradoras, gerenciamento de obras, montagem e fornecimento de equipamentos eletromecânicos e hidromecânicos, obras civis e serviços de engenharia.

20 Gastos Operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na Demonstração do Resultado do Exercício possuem as seguinte composição por natureza de gastos:

CONTROLADORA				
NATUREZA DO GASTO	CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	DESPESAS GERAIS E ADMINIST.	2005	2004
Pessoal e administradores	13.641	570	14.211	1.097
Material	4.526	185	4.711	186
Serviços de terceiros	5.202	4.464	9.666	890
Depreciação e amortização	1.321	9	1.330	128
Provisões para contingências	226	-	226	-
Outras	6.053	706	6.759	406
	30.969	5.934	36.903	2.707

CONSOLIDADO					
NATUREZA DO GASTO	CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA	CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADO	DESPESAS GERAIS E ADMINIST.	2005	2004
Energia elétrica comprada para revenda	5.743	-	-	5.743	432
Encargo de uso sist. de transm. e distribuição	2.381	-	-	2.381	193
Pessoal e administradores	-	14.146	725	14.871	1.159
Material	-	4.683	257	4.940	179
Combustível para produção de energia elétrica	-	21.372	-	21.372	1.731
Provisão p/ perdas de estoque de gás combustível	-	2.611	-	2.611	-
Serviços de terceiros	-	5.260	5.089	10.349	955
Depreciação e amortização	-	4.139	-	4.139	365
Provisões para contingências	-	226	-	226	-
Outras	-	6.217	1.456	7.673	222
	8.124	58.654	7.527	74.305	5.236

21 Remuneração dos administradores

No exercício a remuneração dos administradores monta em R\$265 (R\$8 em 2004), controladora e consolidado.

22 Cobertura de seguros

A política de Seguros da Empresa baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade.

As principais coberturas são:

RAMOS	DATA DE VENCIMENTO	2005	
		COBERTURA SECURITÁRIA	PRÊMIO ANUAL PAGO
		CONSOLIDADO	CONTROLADORA CONSOLIDADO
Incêndio, Raio, Explosão, Danos Elétricos, Vendaval, Furacão, Fumaça, Tumulto, Riscos Diversos e Equipamentos Móveis..	23/10/2006	49.100	67
Responsabilidade Civil Geral - Obras Cíveis e Instalação de Máquinas em locais de terceiros.	01/08/2006 e 23/10/2006	18.040	58
Automóveis - Danos Materiais e Corporais a Terceiros.	23/10/2006	Até R\$200 mil/veículo	49
Vida em Grupo - Morte e Acidentes Pessoais.	01/12/2006	15.257	65
		235	583

Riscos Nomeados

Na apólice contratada foram destacadas as subestações usinas, prédios e equipamentos móveis com seus respectivos valores segurados e seus limites máximos de indenização. Possui cobertura securitária básica tais como incêndio, queda de raios e explosão de qualquer natureza e cobertura adicional contra possíveis danos elétricos, riscos diversos, riscos para equipamentos eletrônicos e informática.

Responsabilidade Civil

A apólice contratada possui cobertura securitária para Danos Morais e Corporais causados a terceiros em decorrência das operações da Empresa.

Automóveis

A Empresa mantém cobertura securitária para RCF/V - Responsabilidade Civil Facultativa/Veículos, garantindo aos terceiros envolvidos em sinistros, cobertura de danos pessoais e/ou materiais incorridos.

Vida em Grupo

Garante cobertura securitária no caso de morte por qualquer causa, invalidez permanente total ou parcial por acidente e invalidez permanente e/ou total por doença de seus empregados.

A política nesta área de sua controlada em conjunto UTEJF baseia-se na contratação de seguros com coberturas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações.

23 Instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros ativos e passivos encontram-se registrados nas contas patrimoniais por valores compatíveis com os praticados pelo mercado. A Companhia e sua controlada em conjunto não operam com derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

24 Arrendamento mercantil

A Companhia é arrendatária de veículos, máquinas e equipamentos, com opção de compra, mediante contratos de arrendamento mercantil cujo saldo em 31 de dezembro de 2005 monta em R\$6.701 na controladora, com taxas de juros de CDI + 6,4% a.a.

As prestações dos contratos vencem entre janeiro de 2006 e julho de 2009 e vêm sendo provisionadas em base mensal.

No exercício de 2005, essas despesas montaram a R\$322 na controladora.

25 Compromissos

A Sociedade possui contratos de fornecimento de energia elétrica equivalentes a 668 GWh para a Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina, controladora em conjunto indireta, Companhia de Eletricidade de Nova Friburgo – CENF, e Petrobrás Comercializadora de Energia Ltda., que prevêem um incremento de 154 GWh nas referidas quantidades a serem fornecidas quando da construção do ciclo combinado. A Administração estará definindo a data de realização do investimento na implantação do ciclo combinado, para viabilizar a geração da energia já contratada. Como consequência, a controlada em conjunto continuará adquirindo junto à CCEE os montantes não gerados a fim de atender os valores contratados. A administração espera ainda, amparada na Lei 10.848/04, renegociar junto à Aneel a data para o início de operação do ciclo combinado. A Administração avalia que a referida renegociação não resultará em qualquer ônus financeiro para Sociedade.

26 Procedimento Arbitral

Arbitragem da Cat-Leo

As Administrações da Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina, Cat-Leo Energia S.A. (Cat-Leo) e Cat-Leo construções, Indústria e Serviços de Energia S.A. (Cat-Leo Serviços) entenderam ser no melhor interesse das respectivas Companhias, a resolução amigável das controvérsias com o Acionista Energia do Brasil Participações Ltda., nova denominação social de Alliant Energy Holdings do Brasil Ltda. que culminou com a decisão arbitral (Laudo) proferida pelo Tribunal Arbitral da Câmara de Comércio Internacional (CCI) em 03 de janeiro de 2005.

Nos termos do acordo, firmado em 14 de abril de 2005, a Energia do Brasil Participações Ltda liberou a Cat-Leo e a Cat-Leo Serviços de todas e qualquer responsabilidade e obrigações decorrentes do Laudo, outorgando as referidas Companhias a mais ampla quitação com relação aos termos do Laudo.

Em contrapartida foi pactuada uma promessa de compra e venda relativa à participação de 50% do capital social da UTEJF de titularidade da Energia do Brasil Participações Ltda, por meio da qual a Cat-Leo Serviços prometeu comprar a referida participação acionária pelo valor total de R\$54 milhões, sendo R\$29 milhões pagos no ato a título de sinal e princípio de pagamento e R\$25 milhões pagos quando e se concluída a promessa de compra e venda, observados os seguintes termos e condições ainda vigentes:

- Até 01/04/2006, Cat-leo serviços e Energia do Brasil Participações Ltda negociarão os aspectos básicos e as condições financeiras necessárias para a eventual implementação da conversão da UTEJF para a sua operação em ciclo-combinado;
- Caso Energia do Brasil Participações Ltda não tenha requerido a conclusão da promessa de compra e venda antes de 01/04/2006, a partir desta data, a Cat-Leo Serviços terá o direito de arrependimento em relação à referida promessa, que se for exercido implicará a perda do sinal pago pela Cat-Leo Serviços em favor da Energia do Brasil Participações Ltda.

Caso seja concluída a promessa de compra e venda, a Cat-Leo Serviços passará a deter 100% do capital social da UTEJF, ficando, portanto, extinto o atual acordo de acionistas da UTEJF.

27 Evento Subseqüente

A Cat-Leo tomou conhecimento que Sobrapar Sociedade Brasileira de Organização e Participações Ltda. e seu controlador o Sr. Antonio José de Almeida Carneiro adquiriram, em 19 de janeiro de 2006, a totalidade das quotas representativas do capital social da Energia do Brasil Participações Ltda., nova denominação da Alliant Energy Holdings do Brasil Ltda.. (Energia do Brasil). A Energia do Brasil detém as seguintes participações societárias:

- 40,2% do capital social da Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina (CFLCL);
- 49,9% do capital social da Gipar S.A. (controladora da CFLCL);
- 50% do capital social da UTEJF S.A. (controlada indireta da CFLCL);
- 45,5% do capital social da Energisa S.A. (controlada da CFLCL);
- 49,9% do capital social da PBPart – SE 1 S.A. (controlada da Energisa)

Os compradores informaram ao mercado, na forma do art. 12 da Instrução CVM no 358, que negociaram a aquisição da participação da Energia do Brasil nas companhias como investimento a longo prazo e não possuem quantidade visada pré-determinada para os seus investimentos.

Por fim, vale ressaltar que os compradores informaram que não têm interesse em dar seguimento às controvérsias iniciadas pela Energia do Brasil em face dos acionistas controladores da CFLCL e suas subsidiárias, tendo já extinguido todas as ações judiciais que estavam em curso de forma definitiva, sem que as mesmas venham a repetir-se, ou sejam sucedidas por novas reclamações. Os compradores informaram ainda, que a renúncia das ações inclui também declarações junto a ANEEL, CVM e corte de arbitragem, com o fim de informar que não irá dar segmento às reclamações eventualmente em curso nem tampouco à execução forçada da decisão proferida no processo arbitral promovido pela então Alliant Energy Holdings do Brasil contra a Companhia e outras sociedades, objeto de fato relevante publicado em 19/01/2006, razão pela qual não consta nas demonstrações financeiras qualquer provisão para atender eventual obrigação resultante desse processo arbitral.

Parecer dos Auditores Independentes

Aos
Acionistas e Administradores da
Cat-Leo Construções, Indústria e Serviços de Energia S.A.
Cataguazes – MG

1. Examinamos os balanços patrimoniais, individual e consolidado, da Cat-Leo Construções, Indústria e Serviços de Energia S.A., levantados em 31 de dezembro de 2005 e 2004, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (controladora) e das origens e aplicações de recursos correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2005 e ao período de 36 dias findo em 31 de dezembro de 2004, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume das transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia e de sua controlada em conjunto; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia e de sua controlada em conjunto, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Cat-Leo Construções, Indústria e Serviços de Energia S.A. e controlada em conjunto em 31 de dezembro de 2005 e 2004, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido (controladora) e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2005 e ao período de 36 dias findo em 31 de dezembro de 2004, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Em 31 de dezembro de 2005, a controlada em conjunto Usina Termelétrica de Juiz de Fora S.A. (“UTEJF”) apresenta um endividamento de curto e longo prazo, incluído no consolidado como parte das rubricas “encargos de dívidas”, “empréstimos e financiamentos” e “fornecedores”, no montante de R\$58.193 mil (R\$67.566 mil, em 2004), que tem contribuído para impactar negativamente o resultado das operações dessa controlada em conjunto nos últimos exercícios. Conforme detalhado na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, a Companhia, a UTEJF e a controladora Companhia Força e Luz Cataguazes Leopoldina vêm buscando alternativas financeiras que permitam o alongamento das dívidas das empresas do Sistema Cataguazes-Leopoldina e, principalmente, a redução dos encargos financeiros. Na avaliação da Administração, o êxito futuro das referidas alternativas financeiras, associado à existência de projeções internas de resultados positivos serão suficientes para adequar o fluxo de caixa das operações, bem como reduzir progressivamente o referido endividamento e respectivos encargos financeiros.

5. Conforme mencionado na nota explicativa nº 10 às demonstrações financeiras, a controlada em conjunto Usina Termelétrica de Juiz de Fora S.A. – UTEJF tem registrado no ativo créditos de gás combustível no montante de R\$26.197 mil (R\$22.154 mil em 31 de dezembro de 2004), que precisam ser consumidos em até sete anos. A Administração, baseada em projeções internas, prevê que a UTEJF não utilizará parte dos créditos de gás antes do prazo máximo de prescrição e, portanto, constituiu provisão para perdas no montante de R\$2.611 mil. Em 31 de dezembro de 2005, a realização do ativo remanescente depende da confirmação futura das referidas projeções internas, que prevêem a geração de energia elétrica em capacidade plena nos próximos exercícios.

Rio de Janeiro, 22 de março de 2006

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/S-MG

Iara Pasian
Contadora
CRC nº 1 SP 121517-3/S-MG